

Salazar tinha sido preciso e conciso na fórmula que deveria integrar o compromisso entre a Igreja e o Estado: à primeira competiria tratar da substância religiosa dos tempos que então corriam, sendo que ao segundo competiria tratar de tudo quanto dissesse respeito à política. Isto é, em circunstância alguma a Igreja deveria constituir um problema para o regime, fazendo, pelo contrário, parte incondicional das soluções que o regime pretendia conseguir.



DIGARQ-CPE-O Século

O PRESIDENTE TOMÁS com Salazar, em 1966. Os tecnocatólicos esperarão a chegada de Caetano ao poder para participar no Governo.

EM NOME DE DEUS E DO DESENVOLVIMENTO

DESCRENO CADA VEZ MAIS DO CORPORATIVISMO, OS «TECNOCATÓLICOS» ENTENDEM QUE O REGIME DEVE MUDAR DE RUMO.

ALBÉRICO AFONSO COSTA

«Só ele tem competência, os elementos de informação, a responsabilidade e a graça de Estado para declarar as obrigações, defender os direitos, zelar os interesses, salvar a honra da Pátria. Todos os portugueses lhe devem acatamento e obediência (em tudo o que não importe ofensa dos direitos imprescindíveis de Deus).

Aliviemos-lhe o peso das suas responsabilidades perante Deus e os homens, associando-nos a ele com inteligente cooperação, e oferecendo-lhe benévola confiança.»

Era este o discurso do cardeal Cerejeira no fatídico ano de 1939, em que o Mundo se precipitava no maior conflito até então travado à escala planetária. Nele são patentes a reverência, a solidariedade, o apelo à obediência, que pautaram o relacionamento público e privado da Igreja católica e Salazar na primeira vintena do Estado Novo.

Há uma coincidência de opiniões sobre a intimidade cúmplice da Igreja de Cerejei-

ra com o salazarismo, visível nas paradas oficiais em que compareciam lado a lado, unidos pelos laços visíveis e invisíveis dos interesses comuns reduzidos a escrito em pactos como a Concordata ou o Acordo Missionário, numa aliança notória e consabida.

Até ao fim da guerra, a Igreja vai revelar-se uma aliada inexcedível, defendendo o Estado Novo com a autoridade que lhe advinha do espaço sagrado em que se movimentava.

«Mais César que Deus»

Do púlpito, do confessionário e em todos os lugares de sociabilidade a que a Igreja tinha acesso, a defesa intransigente da nova ordem estado-novista fazia-se de forma apaixonada e eficaz, dado o ascendente que de novo, passado o período traumático da República, a Igreja havia intentado conseguir.

Salazar tinha sido preciso e conciso na fórmula que deveria integrar o compromi-



DGARQ-CPF-O Século

so entre a Igreja e o Estado: à primeira competiria tratar da substância religiosa dos tempos que então corriam, sendo que ao segundo competiria tratar de tudo quanto dissesse respeito à política. Isto é, em circunstância alguma a Igreja deveria constituir um problema para o regime, fazendo, pelo contrário, parte incondicional das soluções que o regime pretendia conseguir. Aos católicos não estava vedada a militância política, desde que ao lado do Estado na realização de fins comuns.

Esta é a situação que vamos encontrar durante os primeiros vinte anos pautados por uma coexistência amigável e próxima, em que o regime pôs a Igreja a rentabilizar apoios, legitimando a sua própria autoridade, hegemonizando a alma dos Portugueses, elevando-se como autoridade espiritual e material, sendo que por seu lado a Igreja se ancorou na protecção confortável e segura que o regime lhe emprestava.

Não quer isto dizer que, no meio do oceano de concórdia, não tivessem pon-

OS NOVOS DIRIGENTES da Acção Católica prestando juramento perante o Cardeal Cerejeira, em Outubro de 1960. A Concordata e o Acordo Missionário ligam Igreja e Estado à volta de interesses comuns.



O CARDEAL CEREJEIRA presidindo na Sé às cerimónias de proclamação dos novos dirigentes da Acção Católica, em 1966. A hierarquia da Igreja foi uma aliada fiel do Estado Novo.

DGARQ-CPF-O Século

tualmente surgido vozes que se insurgiam contra a injustiça que viam grassar à sua volta. São contudo vozes mais preocupadas com os aspectos mais cruéis da realidade social com que eram confrontados, do que propriamente com o regime que as promovia, isto é, são vozes como a de Abel Varzim, que acreditam ser possível um corporativismo social e cristão, não pondo deste modo em causa a própria essência do corporativismo.

Esta harmonia perdurará até ao fim da guerra, altura em que se começam a sentir as primeiras dissonâncias.

Os novos ventos do pós-guerra

De facto no pós-guerra começa a notar-se que a tranquilidade conferida pelo acriticismo que havia sido inculcado no universo dos católicos começava a desabar dada a nova realidade política que então se desenhava, com os fascismos vencidos e apostatados em todo o Mundo e especificamente na Europa.

A própria Igreja de Pio XII dá sinais, referenciando a democracia como forma ideal de organização política.

Em 1958 não se escondem já os desertos. A presença de católicos na candi-

datura de Humberto Delgado, a carta clamorosa do bispo do Porto e paralelamente uma outra carta de um grupo de católicos ao jornal *Novidades*, verberando o apoio deste jornal ao candidato do regime, não vão ser meros incidentes, revelando-se, pelo contrário, produto de um desconforto que vai abrindo brechas relacionais que nalguns casos serão irreversíveis.

A juntar a tudo isto, abre-se um período pré-conciliar, propício à discussão, em que se equacionam comportamentos, práticas e atitudes, apontando-se novos caminhos de intervenção na sociedade.

O descomprometimento político exigido pela Igreja de acordo com os ditames precisos de Salazar, o silenciamento e a abstenção, vão revelar-se impossíveis de seguir por sectores que começam a questionar-se sobre a sociedade em que vivem.

Estes sectores não têm todos o mesmo discurso e o seu grau de distanciamento do regime é variável.

A emergência dos «tecnocatólicos»

Enquanto uns, que ficariam conhecidos por católicos progressistas, vão ter um percurso gradual de afrontamento, desdobrando-se a partir dos anos 60 em iniciativas contra a guerra colonial e a violação dos direitos humanos, ocupando um lugar legítimo na geografia da oposição, outros, não pondo em causa a legitimidade do regime, consideram que este necessita de reformas imediatas e inadiáveis, colocando-se numa posição de críticos dentro do universo fechado do Estado Novo.

Estes últimos descrêem cada vez mais da viabilidade do corporativismo e entendem que o regime deve urgentemente

mudar de rumo em direcção ao desenvolvimento.

São gente jovem, informada, com apetência europeia, com saberes técnicos certificados pela universidade. Por isso lhes chamámos os «tecnocatólicos».

Neste grupo encontramos nomes como Sedas Nunes, Neto de Carvalho, João Moura, Cruz Rodrigues, Mário Murteira, Manuela Silva, Silva Pinto, Maria de Lourdes Pintasilgo, Luis Morales, Nuno Bragança, etc. Deste núcleo duro dos tecnocatólicos, Mário Murteira e Nuno Bragança aproximar-se-ão das posições da esquerda.

Os tecnocatólicos tinham tido momentos fundadores entre os quais assumiu especial relevo o Congresso da JUC de 1953. Aí haviam tomado consciência do seu potencial e da necessidade de intervenção na sociedade.

Vamos encontrá-los nos Colóquios Nacionais da Organização Corporativa e da Previdência Social (1961, 1962 e 1964), aqui apresentando um plano consistente de intervenção social que configura a génese de uma nova geração de políticas sociais que se afastam notoriamente das preconizadas pelo corporativismo.

Gabriela Salgueiro, Heitor Duarte, Aurora Fonseca, Bigote Chorão e Sedas Nunes são alguns destes jovens quadros que aqui protagonizam e apresentam as novas propostas para a área do trabalho com destaque para uma nova formação profissional (Formação Profissional Acelerada) e uma nova política de emprego. Chegam mesmo a propor o direito à greve.

De igual modo vão ser os responsáveis pela constituição do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (FDMO), dirigido

Outros sectores, não pondo em causa a legitimidade do regime, consideram que este necessita de reformas imediatas e inadiáveis, colocando-se numa posição de críticos dentro do universo fechado do Estado Novo.

Os tecnocráticos consideram ser portadores de soluções para o atraso com que o País se confrontava e que não se compadecia com as necessidades do capitalismo industrial do pós-guerra.

por João Moura e posteriormente por Luis Morales. Este organismo funcionará como um verdadeiro laboratório onde se concretizam estas políticas. O FDMO assume-se como uma espécie de Ministério do Trabalho. Pese embora a novidade das políticas preconizadas, não vão contudo ter nem o arrojo nem a força para impor o direito à greve a que antes haviam aludido.

Vamos observá-los em intensa actividade nesta veloz década de 60, pondo em marcha projectos que têm como principal objectivo colocar o País no mapa da Europa do desenvolvimento. Daí a sua importância. Sob o ponto de vista económico e social, o estudo destes anos não pode ignorar a acção deste especialíssimo sector católico, elite tecnocrática ascendente, que o regime, sem outras alternativas, vai ter de escutar.

Contudo, os sectores mais ossificados e conservadores não toleram a sua acção. Desconfiam, murmuram, sentem-se inquietos face às mudanças propostas. O mal-estar instala-se ao ponto de classificarem o FDMO como «um centro do revivalho».

Caminhos paralelos

Estes tecnocráticos vão integrar uma igreja paralela à tradicional. É a nova onda pré-conciliar e conciliar que lhes serve de referência.

São indubitavelmente católicos, apóstólicos e romanos, de acordo com os novos ventos que sopram de um Vaticano que, num esforço de renovação, aposta em novas propostas, novos olhares, também ele procurando a sobrevivência no Mundo que havia sobrado da guerra e se reedificava numa Europa em conluio para um

desenvolvimento comunitário até então desconhecido.

E se foram estes novos ventos que semearam a militância frontal e gradualmente radicalizada dos católicos progressistas, também foram eles que semearam a militância bem comportada e propositiva destes jovens técnicos que, sendo do regime, se organizam silenciosa e invisivelmente à sua margem.

De forma sub-reptícia e sem alarde, o grupo vai tomando forma de modo informal, numa espécie de rede, estando presente em todos os espaços possíveis e visíveis de sociabilidade que o regime promove ou deixa promover, ainda que de forma reticente. Vai estar igualmente presente em espaços de reflexão sobre a sociedade, pontificando nas revistas *Brotéria* e *Estudos Sociais e Corporativos*, ou dando corpo e alento à revista *Análise Social* de Sedas Nunes.

A presença nestas tribunas integra formas de publicitação do seu ideário, emprestando-lhe por outro lado um corpo teórico, um guião para a acção prática.

O «entrismo» no aparelho de Estado

Os tecnocráticos assumem-se assim plenamente como vanguarda técnica do País nesta década de 60, empenhando-se numa espécie de «entrismo» em tudo quanto seja cargo no aparelho de Estado, recrutando-se mútua, discreta e referencialmente, enxameando ministérios e outras instituições estatais.

O Ministério das Corporações ser-lhes-á um território especialmente atractivo dada a substância das matérias sobre que versava, relacionadas com o trabalho, a pro-



DGARQ - CPF - O Século

dução, a contratação, a formação profissional e as políticas de emprego. Mas não só. As suas propostas terão também visibilidade no Ministério das Obras Públicas, no Ministério da Educação, no INII e até na Presidência do Conselho de Ministros, no consulado marcelista.

Vanguarda técnica

Os tecnocatólicos consideram ser portadores de soluções para o atraso com que o País se confrontava e que não se compadecia com as necessidades do capitalismo industrial do pós-guerra. Têm a crueza do técnico e da juventude quando exibem os seus estudos quantificados e portanto acima de qualquer suspeita ideológica, sen-

do que nesses estudos se patenteiam as precariedades, carências, atrasos, a gravíssima injustiça social e a impreparação para os tempos que então corriam.

Não pretendem o fim abrupto do Estado Novo, antes a sua transformação de forma pacífica e contudo profunda.

Não pretendem o xeque-mate ao salazarismo, não denunciando, por exemplo a repressão, até porque, elite bem colocada que eram, não a conheciam na pele, ou quando a conheciam era sob a forma de um paternalismo preocupado, sem a carga de violência punitiva que se abatia, exemplar, sobre as oposições em geral.

Por outro lado, apesar da gravidade dos dados, estatísticas e estudos que publici-

O CARDEAL PATRIARCA conferindo diplomas a 300 catequistas. A Igreja católica desempenhou um papel de legitimador da autoridade do Estado.

ASSEMBLEIA DAS FEDERAÇÕES
de Estudantes Católicos, reunida
em 1960.



tavam, nunca tal publicidade era feita sob o ponto de vista de um apelo à movimentação contra o regime, circunscrevendo-se ao público das universidades, dos congressos e dos leitores intelectuais das revistas económicas e sociais.

Por isso o regime, ainda que de pé atrás, os suportará, engolindo a contragosto o seu entusiasmo e escutando e assistindo, ainda que com desamor, às propostas que apresentam e que nalguns casos conseguem concretizar.

No limbo da política

Os tecnocatólicos declinarão, na quase totalidade dos casos, os convites de entrada para a União Nacional e posteriormente para a ANP. O seu progressivo distanciamento do corporativismo e o descrédito sucessivo que o Estado autoritário assumia perante os seus olhos são as

razões fundamentais que os impelem à recusa.

Não querem caucionar com a sua presença o teatro depressivo, subserviente e retrógrado que as sessões do partido do Governo configuravam, preferindo a investigação, a tertúlia científica ou ainda os espaços de reflexão católica que a Nova Igreja saída do Vaticano II ia proporcionando.

A militância política explícita nas hostes do Governo ensombraria a sua proclamada independência de técnicos do social, tolher-lhes-ia as realizações que tentavam pôr em prática, retirar-lhes-ia a assepsia da acção feita rigorosamente em nome de um desejado desenvolvimento, palavra-chave nesta década de 60.

Também se manterão distanciados dos caminhos que os outros católicos, os progressistas, iam seguindo, com as dificuldades próprias de vivência em ditadu-



DGAPQ-CPF-O Século

Os tecnocráticos declinarão, na quase totalidade dos casos, os convites de entrada para a União Nacional e posteriormente para a ANP.

ra. Estes organizam sessões de denúncia da guerra, falam da injustiça e da iniquidade de um regime que censurava e torturava, distribuem panfletos clandestinamente, dão o nome e a cara em abaixo-assinados que afrontavam o regime, aliando a missa dominical aos perigos da acção política.

Não querem ondas de choque. Estão optimamente colocados no aparelho de Estado. Pretendem certamente a mudança. Mas uma mudança serena, sem sobresaltos, num regime que querem reformado e rejuvenescido, sendo esse o sentido da sua acção.

Não subscrevem o salazarismo, mas não propõem a insurreição. Percepcionam o fim do Estado Novo, aguardando com calma o momento em que, livres do colete-de-forças da ditadura, possam entrar sem peias na política. Para alguns, o marcelis-

mo será o momento certo. Para outros, será o 25 de Abril a conquistá-los.

E a Europa aqui tão perto

Da Europa chegava o eco de um desenvolvimento rápido que convidava à emigração e forçava comparações.

Estes católicos têm uma repetida presença em várias reuniões internacionais, quer na OCDE, quer na OIT. Conhecem a Europa económica e o seu ímpeto desenvolvimentista pelos dados internacionais que aquelas estruturas lhes fornecem. Conhecem a Europa social e analisam os números gordos das suas políticas em confronto com a magreza numérica das estatísticas portuguesas. É pois na Europa que os tecnocráticos se querem situar, sendo a ela que se referenciam, na modernidade que pretendem conseguir, aí projectando a sua imagem de sociedade.